

OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA DA
BAHIA E FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
APRESENTAM

PESQUISA *f*OMENTO às ARTES NO BRASIL

BOLETIM DE RESULTADOS PRELIMINARES 6
ANÁLISE DA ESTRUTURA INSTITUCIONAL
DA GESTÃO DAS ARTES EM MUNICÍPIOS
BRASILEIROS NO ANO DE 2023



MINISTÉRIO DA
CULTURA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
funarte 50
ANOS

UFBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

UFPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

obec
OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA

REALIZAÇÃO

BOLETIM

#

6

AGOSTO / 2026



APRESENTAÇÃO

O sexto e último boletim preliminar da pesquisa **Fomento às Artes no Brasil** apresenta uma análise da estrutura institucional da gestão das artes nos municípios brasileiros em 2023. Ao reunir informações sobre capitais e municípios de pequeno e médio porte, o estudo oferece subsídios para compreender como diferentes arranjos institucionais se relacionam com as capacidades de formular, implementar e desenvolver políticas públicas para as artes. Mais do que identificar modelos organizacionais, este boletim convida à reflexão sobre a diversidade de formas assumidas pela gestão pública da cultura no país e seus efeitos sobre a implementação das políticas.

Instituída pelo Decreto nº 12.916/2026, a Política Nacional das Artes (PNA) tem a finalidade de ampliar o acesso e promover o direito da população brasileira às artes. Sua implementação vem sendo realizada por meio de ações voltadas aos diferentes elos da rede produtiva e criativa: acesso, criação, difusão, internacionalização, memória, formação e pesquisa. A efetivação dessa política depende do compromisso das gestões públicas e da existência de condições institucionais capazes de sustentar sua execução nos diferentes contextos do país. Conhecer como os órgãos gestores se organizam, quais instrumentos mobilizam e como estruturam sua atuação é um passo importante para orientar estratégias de fortalecimento da gestão pública das artes.

A diversidade de configurações institucionais observada entre os municípios brasileiros não representa um obstáculo à construção de uma política nacional; ao contrário, evidencia a necessidade de mecanismos permanentes de cooperação e coordenação entre os entes federativos. Nesse sentido, o Sistema Nacional de Cultura oferece uma referência para a organização dessa arquitetura institucional, ao estimular a implementação de seus componentes e fortalecer a integração entre os diferentes níveis de governo. Consolidar a Política Nacional das Artes pressupõe reconhecer essa diversidade e construir bases comuns que ampliem a capacidade de atuação dos órgãos gestores em todo o país.

Esta publicação apresenta informações sobre os órgãos responsáveis pela gestão da cultura e das artes nos municípios, as linguagens artísticas contempladas pelas políticas públicas locais, a existência de planos de cultura e de planos setoriais, as fontes de recursos, os processos decisórios para sua alocação, os instrumentos de fomento adotados e os processos de monitoramento e avaliação das ações municipais. Ao reunir esses elementos, o boletim oferece um panorama da institucionalidade das políticas para as artes no Brasil e contribui para o fortalecimento da implementação da Política Nacional das Artes.

Boa leitura!

Fundação Nacional de Artes – Funarte



FOTO: SARA GOMES



INTRODUÇÃO

A pesquisa **Fomento às Artes no Brasil** busca contribuir para o aprimoramento das políticas culturais no país, oferecendo subsídios à pactuação federativa de atribuições, responsabilidades e competências entre União, estados, Distrito Federal e municípios para a implementação da Política Nacional das Artes (PNA). Iniciada em 2024, a pesquisa é uma iniciativa do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC BA) e da Fundação Nacional de Artes (Funarte), por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com adesão da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O objetivo central do projeto é analisar e qualificar as políticas de fomento às artes nas esferas federal, estadual e municipal, considerando tanto o fortalecimento institucional da cultura no Brasil quanto a necessidade de atuação articulada entre os entes federativos. Para isso, a pesquisa se organiza em quatro eixos temáticos:

1. Análise da demanda dos editais da Funarte lançados em 2023, com resultados apresentados no Boletim 1 da pesquisa;
2. Investigação da estrutura institucional da política para as artes, em 2023, nos estados, Distrito Federal (DF) e em uma amostra de municípios de grande, médio e pequeno porte. Os resultados estão disponíveis nos Boletins 2 e 6 da pesquisa;



Acesse o
[Boletim de
Resultados
Preliminares 1](#)



Acesse o
[Boletim de
Resultados
Preliminares 2](#)

3. Identificação de padrões do fomento às artes a partir de chamadas públicas realizadas pelos estados, DF e capitais com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) entre os anos de 2024-2025 e de editais próprios no ano de 2023. Os resultados foram apresentados nos boletins 3, 4 e 5;
4. Formulação de recomendações para a implementação da Política Nacional das Artes (PNA), apresentada na publicação final da pesquisa.



Acesse o
[Boletim de
Resultados
Preliminares 3](#)



Acesse o
[Boletim de
Resultados
Preliminares 4](#)



Acesse o
[Boletim de
Resultados
Preliminares 5](#)

O segundo eixo examina a estrutura institucional da gestão e do fomento às artes em 2023. Os resultados da pesquisa realizada com os 26 estados e o Distrito Federal (DF) foram publicados no Boletim 2. Este boletim apresenta os resultados referentes a 69 municípios brasileiros, de grande, médio e pequeno porte, incluindo 22 capitais. A análise considera os arranjos organizacionais adotados, a posição ocupada pelas artes nos órgãos municipais de cultura, a existência de estruturas complementares, a representação das linguagens artísticas, os instrumentos de planejamento, os mecanismos de fomento e as práticas de avaliação e monitoramento.

Os resultados municipais aqui apresentados foram produzidos com base em informações coletadas por meio de questionário estruturado, complementadas por procedimentos de validação, conferência cruzada com fontes oficiais e levantamento de dados secundários sobre despesas públicas em cultura. Diante da escassez de dados sistematizados sobre a gestão municipal, a pesquisa busca contribuir em três frentes centrais: qualificar o debate atual sobre os temas abordados; repensar a relação entre os entes federal, estaduais e municipais na distribuição de competências e atribuições das políticas

voltadas às artes; e inspirar a criação de mecanismos mais eficazes e aderentes às realidades locais e às demandas dos setores artísticos.

PERCURSO METODOLÓGICO

A análise da estrutura institucional da gestão e do fomento às artes em uma amostra de municípios brasileiros foi desenvolvida a partir da aplicação de um questionário estruturado. Inicialmente, foi elaborada uma matriz sintética de variáveis, organizada em quatro dimensões analíticas, com o objetivo de orientar a construção do instrumento de coleta e assegurar abrangência na investigação dos diferentes aspectos das políticas públicas para as artes.

A partir da matriz de variáveis, foi desenvolvido um questionário estruturado voltado à compreensão das práticas, dos arranjos institucionais e dos desafios enfrentados pelos órgãos gestores. O instrumento incluiu perguntas de múltipla escolha, caixas de seleção com possibilidade de respostas múltiplas, questões abertas e itens em escala Likert. O questionário foi submetido à avaliação de um grupo de profissionais qualificados, reunido em dois Encontros com Especialistas¹, que contribuíram com sugestões e ajustes metodológicos.

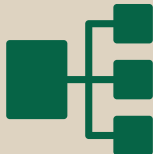
A coleta de dados, realizada entre 27/09/2024 e 11/07/2025, ocorreu na plataforma REDCap, escolhida por sua flexibilidade na criação de questionários complexos, segurança da informação, facilidade de distribuição e recursos integrados de gestão e análise. Esse ambiente atendeu às necessidades específicas da pesquisa, garantindo a integridade e a precisão dos dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

1

Nas pesquisas do OBEC, Encontros com Especialistas são reuniões técnicas promovidas pela equipe, com profissionais de referência no campo temático do estudo, destinadas a discutir, qualificar e validar instrumentos metodológicos, indicadores ou recortes conceituais antes da coleta de dados principal.

QUADRO 1

Matriz sintética de variáveis

Dimensão	Variáveis
Estrutura Organizacional 	Nome dos órgãos responsáveis pela gestão da cultura e das artes nos municípios investigados Tipo dos órgãos responsáveis pela gestão da cultura e das artes Natureza do agrupamento institucional da gestão da cultura e das artes Modelo estrutural da gestão municipal das artes Existência de unidades administrativas especializadas por linguagem artística nos organogramas dos órgãos gestores de cultura Vínculo dos órgãos gestores de cultura e/ou artes com equipamentos culturais Linguagens artísticas contempladas no escopo de atuação dos órgãos gestores de cultura
Políticas Culturais 	Existência de Plano de Cultura nos municípios investigados Existência de Plano Setorial nos municípios investigados Principais desafios enfrentados na implementação da política para as artes
Sistema de fomento e financiamento à cultura e às artes 	Processos decisórios na alocação dos recursos da cultura Fontes de recursos adotadas pelos municípios investigados Instrumentos de fomento adotados pelos municípios investigados
Avaliação e Monitoramento 	Existência de avaliação da política para as artes entre os municípios investigados Métodos de avaliação das políticas de fomento mais utilizados pelos entes públicos Existência de sistemas de gestão para acompanhamento de políticas de fomento Responsável pela execução da avaliação da política para as artes

Previamente à fase de distribuição do instrumento de coleta, estabeleceu-se um processo de interlocução direta com os entes municipais participantes. Realizaram-se reuniões técnicas para a apresentação detalhada do percurso metodológico, seguidas da solicitação formal para a indicação de um ponto focal em cada localidade. Durante todo o período de acompanhamento, designou-se um integrante da equipe de pesquisa para assegurar a comunicação contínua e o suporte técnico a esses interlocutores, garantindo a fluidez institucional necessária ao desenvolvimento do estudo.

O questionário foi enviado às pessoas indicadas pelos próprios municípios pesquisados por meio de link individualizado. Antes do preenchimento, os(as) participantes foram orientados(as) sobre os objetivos do estudo e os procedimentos de resposta. Durante a coleta, cada ente contou com o acompanhamento de uma pessoa da equipe de pesquisa, responsável por monitorar o processo, esclarecer dúvidas e apoiar a completude das respostas. Para facilitar essa etapa, foi disponibilizado um *Guia de Preenchimento* com instruções gerais. Quando foram identificadas lacunas ou inconsistências, a equipe realizou retornos por e-mail, telefone e aplicativos de mensagem para verificação das informações.

Considerando também os 26 estados e o DF analisados no Boletim 2, a pesquisa contemplou 96 entes. O recorte municipal apresentado neste boletim reúne 69 municípios, sendo 22 capitais e 47 municípios não capitais. Diferentemente do recorte estadual, que possui caráter censitário, a análise municipal baseia-se em uma amostra definida por sorteio aleatório a partir de um universo de 2.132 municípios não capitais. Esse universo foi composto por municípios que executaram recursos da Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), apoiaram ações de cultura



e artes em 2023 e possuíam órgão gestor responsável pela cultura e/ou pelas artes. A composição da amostra buscou contemplar diferentes portes populacionais, regiões e estados do Brasil. Ao todo, foram contatados 71 municípios não capitais, dos quais 47 responderam integralmente ao questionário, correspondendo a uma taxa de resposta de 66,2%. Também foram contatadas as 26 capitais brasileiras, das quais 22 participaram da pesquisa, o que corresponde a uma taxa de resposta de 84,6%.

Para fins analíticos, os municípios foram categorizados em três grupos, segundo o porte populacional:

- **Municípios de grande porte:** contempla todas as capitais e municípios com mais de 300 mil habitantes;
- **Municípios de médio porte:** população entre 50 mil e 300 mil habitantes;
- **Municípios de pequeno porte:** até 50 mil habitantes.

Após a coleta, os dados passaram por etapa de conferência e validação cruzada com informações disponíveis em fontes oficiais, como páginas institucionais e documentos públicos dos órgãos de cultura, de modo a ampliar a consistência e a fidedignidade das análises apresentadas neste boletim.

Os municípios, incluindo as capitais, estão distribuídos por todas as regiões do Brasil, o que permite captar a diversidade regional do país, como se pode notar na Tabela 1. Destaca-se que algumas análises relacionadas à estrutura organizacional consideram apenas os municípios que enviaram organogramas ou informações institucionais completas. Por isso, o universo de análise pode variar entre as questões. Sempre que isso ocorrer, o denominador será indicado.

QUADRO 2

Escopo da análise da gestão municipal das artes

Número de entes	Municípios de Pequeno porte	Municípios de médio porte	Municípios de grande porte
69	20	19	30
Municípios de pequeno porte	Abdon Batista — SC; Capitão de Campos — PI; Entre-Ijuís — RS; Flores da Cunha — RS; Gavião — BA; Ibirapitanga — BA; Icapuí — CE; Itaberá — SP; Jerônimo Monteiro — ES; Lavandeira — TO; Nova Fátima — PR; Nova Monte Verde — MT; Ourém — PA; Rochedo — MS; Santa Bárbara do Pará — PA; Santa Rita do Trivelato — MT; Santo Antônio da Platina — PR; Simão Dias — SE; Vila Nova do Piauí — PI; Vila Pavão — ES.		
Municípios de médio porte	Araguaína — TO; Camaragibe — PE; Colombo — PR; Cruzeiro do Sul — AC; Francisco Beltrão — PR; Gurupi — TO; Laranjal do Jari — AP; Manacapuru — AM; Novo Hamburgo — RS; Pará de Minas — MG; Poços de Caldas — MG; Ponta Porã — MS; Porto Nacional — TO; Pouso Alegre-MG; Quirinópolis — GO; São Borja — RS; São Mateus — ES; São Miguel dos Campos — AL; Três Lagoas-MS.		
Municípios de grande porte	Aparecida de Goiânia — GO; Belo Horizonte — MG; Boa Vista — RR; Campina Grande — PB; Campo Grande — MS; Contagem — MG; Cuiabá — MT; Curitiba — PR; Feira de Santana — BA; Florianópolis — SC; Fortaleza — CE; João Pessoa — PB; Joinville — SC; Londrina — PR; Macapá — AP; Maceió — AL; Manaus-AM; Natal — RN; Palmas — TO; Porto Alegre — RS; Porto Velho — RO; Recife — PE; Ribeirão Preto — SP; Rio Branco — AC; Rio de Janeiro — RJ; Salvador — BA; São Paulo — SP; Suzano-SP; Teresina — PI; Vitória — ES.		

TABELA 1

Distribuição dos municípios por porte e por região

Região do Município	Porte do Município			
	Grande Porte	Médio Porte	Pequeno Porte	Total Geral
Centro-Oeste	3	3	3	9
Nordeste	9	2	6	17
Norte	6	6	3	15
Sudeste	7	4	3	14
Sul	5	4	5	14
Total Geral	30	19	20	69

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

2
Códigos em linguagem R e Python, dados, gráficos, tabelas, arquivos em formato .pdf e arquivos em formato .txt produzidos por esta pesquisa estão disponíveis no seguinte repositório do GitHub: <https://github.com/obec-pesquisas/pesquisa-fomento-as-artes>

A análise dos dados foi realizada por meio de técnicas de exploração estatística e visualização, com o uso das linguagens de programação R e Python, possibilitando a construção das tabelas, gráficos e figuras apresentados no boletim. Os resultados foram organizados em bases de dados integradas ao repositório da pesquisa².

Este documento está organizado em quatro dimensões analíticas: Dimensão 1 – Estrutura Organizacional, dedicada aos arranjos institucionais da gestão municipal da cultura e das artes; Dimensão 2 – Políticas Culturais, voltada aos instrumentos de planejamento e aos desafios de implementação das políticas para as artes; Dimensão 3 – Sistema de Fomento e Financiamento à Cultura e às Artes, centrada nas fontes e modalidades de fomento utilizadas pelos municípios; e Dimensão 4 – Avaliação e Monitoramento, que analisa os métodos, responsáveis e sistemas utilizados para acompanhar as políticas de fomento às artes.



Dimensão 1: Estrutura organizacional

Esta seção analisa os arranjos institucionais da gestão da cultura e das artes nos 69 municípios investigados. O objetivo é compreender como a política cultural está localizada na administração municipal, quais tipos de órgãos assumem essa responsabilidade, como a gestão das artes se organiza no interior dessas estruturas e quais linguagens artísticas são formalmente contempladas pelos órgãos gestores. As informações gerais sobre órgãos, natureza institucional e linguagens contempladas referem-se ao conjunto dos 69 municípios da amostra, enquanto as análises sobre organogramas, unidades especializadas e equipamentos culturais tomaram como base os organogramas e informações institucionais encaminhados por 48 municípios respondentes.

QUADRO 3

Nome, tipo e natureza do organismo responsável pela gestão da cultura nos municípios

● Secretarias Exclusivas		
AC	Cruzeiro do Sul	Secretaria Municipal de Cultura
AL	Maceió	Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa
AL	São Miguel dos Campos	Secretaria Municipal de Cultura
AP	Laranjal do Jari	Secretaria Municipal de Cultura
CE	Fortaleza	Secretaria Municipal da Cultura
ES	São Mateus	Secretaria Municipal de Cultura
ES	Vila Pavão	Secretaria de Cultura
ES	Vitória	Secretaria Municipal de Cultura
GO	Aparecida de Goiânia	Secretaria Municipal de Cultura
MG	Contagem	Secretaria Municipal de Cultura
MG	Poços de Caldas	Secretaria Municipal de Cultura
MG	Pouso Alegre	Secretaria Municipal de Cultura
MT	Cuiabá	Secretaria Municipal de Cultura
PB	Campina Grande	Secretaria Municipal de Cultura
PE	Recife	Secretaria de Cultura
PI	Capitão de Campos	Secretaria Municipal de Cultura
PI	Vila Nova do Piauí	Secretaria de Cultura
PR	Londrina	Secretaria Municipal de Cultura
RJ	Rio de Janeiro	Secretaria Municipal de Cultura
RN	Natal	Secretaria Municipal de Cultura
RS	Porto Alegre	Secretaria Municipal de Cultura
SP	São Paulo	Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa
SP	Suzano	Secretaria Municipal de Cultura
TO	Lavandeira	Secretaria Municipal de Cultura
● Fundações Exclusivas		
AP	Macapá	Fundação Municipal de Cultura
BA	Salvador	Fundação Gregório de Mattos
MG	Belo Horizonte	Fundação Municipal de Cultura
PB	João Pessoa	Fundação Cultural de João Pessoa
PI	Teresina	Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves
PR	Curitiba	Fundação Cultural de Curitiba
RO	Porto Velho	Fundação Cultural de Porto Velho
SC	Florianópolis	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes
TO	Palmas	Fundação Cultural de Palmas

● Secretarias Conjuntas com outras áreas

AM	Manacapuru	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
BA	Feira de Santana	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer
BA	Gavião	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
BA	Ibirapitanga	Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura
CE	Icapuí	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
ES	Jerônimo Monteiro	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
GO	Quirinópolis	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
MG	Pará de Minas	Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação Institucional
MS	Campo Grande	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
MS	Ponta Porã	Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer
MS	Rochedo	Secretaria Municipal de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer
MS	Três Lagoas	Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
MT	Nova Monte Verde	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo
MT	Santa Rita do Trivelato	Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer
PA	Ourém	Secretaria Municipal de Juventude, Cultura, Lazer e Turismo
PA	Santa Bárbara do Pará	Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo
PR	Colombo	Secretaria de Cultura e Igualdade Racial
PR	Nova Fátima	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo
PR	Santo Antônio da Platina	Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer
RS	Entre-Ijuís	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Esportes
RS	Flores da Cunha	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Inovação
RS	Novo Hamburgo	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
RS	São Borja	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
SC	Abdon Batista	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
SC	Joinville	Secretaria de Cultura e Turismo
SE	Simão Dias	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
SP	Ribeirão Preto	Secretaria da Cultura e Turismo
TO	Araguaína	Secretaria Municipal do Esporte, Cultura e Lazer
TO	Gurupi	Secretaria de Cultura e Turismo
TO	Porto Nacional	Secretaria Municipal da Cultura e Turismo

● Fundações Conjuntas com outras áreas

AC	Rio Branco	Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer Garibaldi Brasil
AM	Manaus	Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos
PE	Camaragibe	Fundação de Cultura e Turismo
RR	Boa Vista	Fundação Municipal de Educação, Turismo, Esporte e Cultura

● Departamentos/Diretoria

PR	Francisco Beltrão	Departamento Municipal de Cultura
SP	Itaberá	Diretoria Geral de Educação, Cultura, Esportes e Turismo

NOME, TIPO E NATUREZA INSTITUCIONAL DA GESTÃO DA CULTURA E DAS ARTES

Para identificar os arranjos organizacionais da gestão da cultura e das artes nos municípios investigados, a pesquisa considerou três variáveis. Primeiro, identificou nominalmente o órgão ou unidade administrativa responsável pela política cultural e/ou pela gestão em cada município, conforme apresentado no quadro 3, atualizado em julho de 2026. Em seguida, classificou o tipo do órgão, identificando secretarias, entidades da administração indireta, como fundações públicas municipais, e outras estruturas, como diretorias e departamentos. Por fim, elencou a natureza do agrupamento das políticas, distinguindo os órgãos exclusivos de cultura daqueles nos quais a cultura é administrada juntamente com outras áreas, como educação, turismo, esporte, lazer e juventude.

Nos municípios investigados, as secretarias, órgãos da administração direta, representam 78,3% (n=54) das estruturas responsáveis pelo planejamento, coordenação, supervisão e execução das políticas públicas para a cultura e as artes. Quando analisado por porte, a presença das secretarias é predominante tanto nos municípios grandes (60%, n=18), quanto nos médios (89,5%, n=17) e de pequeno porte (95%, n=19). As fundações, entidades da administração indireta, aparecem em 18,8% (n=13) da amostra, mas concentram-se sobretudo nos municípios de grande porte, onde representam 40,0% (12) dos casos.

É comum que a gestão cultural seja realizada por fundações públicas, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, que possuem personalidade jurídica própria e são vinculadas à administração direta. No campo da cultura, esse tipo de arranjo pode conferir maior autonomia administrativa e financeiri-

TABELA 2

Tipo de órgão de cultura por porte municipal

Porte do município	Secretarias		Fundações		Departamento /Diretoria		Total
	Total	%	Total	%	Total	%	
Grande porte	18	60,0%	12	40,0%	0	0	30
Médio porte	17	89,5%	1	5,3%	1	5,3%	19
Pequeno porte	19	95,0%	0	0,0%	1	5,0%	20
Total	54	78,3%	13	18,8%	2	2,8%	69

FIGURA 1

Tipo do principal organismo responsável pela gestão da cultura e das artes dos municípios

SECRETARIAS



FUNDAÇÕES



DEPARTAMENTO / DIRETORIA



ra à execução de determinadas políticas, embora seus efeitos dependam das atribuições legais, da capacidade orçamentária, da equipe disponível e das condições institucionais de cada município. Destaca-se que, em alguns municípios investigados, existem tanto Secretarias quanto Fundações, como é o caso de Salvador, onde a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e a Fundação Gregório de Mattos exercem funções complementares.

Quanto à natureza do agrupamento institucional, observa-se uma distribuição bastante equilibrada entre estruturas exclusivas de cultura e estruturas conjuntas com outras áreas de governo. Dos 69 municípios investigados, **49,3% (n=34) possuem órgãos exclusivos de cultura**, enquanto 50,7% (n=35) administram a cultura em conjunto com outras políticas setoriais. Entre as secretarias, esse padrão de agrupamento é ainda mais evidente: das 54 secretarias identificadas, 55,6% (n=30) são secretarias conjuntas, ao passo que 44,4% (n=24) são exclusivas de cultura ou de cultura e economia criativa.

Nos órgãos conjuntos, o turismo aparece como a área mais frequentemente associada à cultura, presente em 65,7% (n=23) desses arranjos, seguido por esporte ou desporto, com 40,0% (n=14), educação, com 28,6% (n=10), e lazer, com 25,7% (n=9). Esse arranjo pode favorecer políticas transversais, especialmente em municípios com menor capacidade administrativa, mas também pode reduzir a relevância institucional da gestão cultural e das políticas para as artes quando não há equipes, orçamento e instrumentos próprios para o setor.

TABELA 3

Áreas associadas à gestão da cultura e das artes nos municípios

Área	Total de ocorrências	Percentual entre órgãos conjuntos
Turismo	23	65,7% 
Esporte/Desporto	14	40,0% 
Educação	10	28,6% 
Lazer	9	25,7% 
Juventude	1	2,9% 
Comunicação institucional	1	2,9% 
Igualdade racial	1	2,9% 
Desenvolvimento econômico	1	2,9% 
Inovação	1	2,9% 
Eventos	1	2,9% 

CENTRALIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL DAS ARTES

Esta seção examina como a gestão das artes está organizada nos municípios investigados, observando se as políticas voltadas às linguagens artísticas estão concentradas no órgão gestor da cultura ou distribuídas entre diferentes unidades administrativas. Para isso, os arranjos institucionais foram classificados em três modelos: **centralizado**, quando a gestão das artes está concentrada em uma única unidade; **descentralizado**, quando está distribuída entre múltiplas unidades, situadas dentro ou fora da estrutura principal do órgão de cultura; e **externo**, quando a responsabilidade pela gestão das artes se localiza fora da estrutura do órgão gestor principal.

A análise indica que, no âmbito municipal, é pouco frequente a separação institucional entre a gestão da cultura, compreendida em sentido amplo, e a gestão específica das artes, associada a linguagens como teatro, dança, música, audiovisual, literatura, circo e artes visuais. Na maior parte dos municípios investigados, o mesmo órgão responsável pela política cultural, geralmente uma secretaria ou fundação, também assume a gestão das artes.

O modelo centralizado predomina entre os municípios investigados, especialmente nos municípios de médio e pequeno porte. Nesses casos, a gestão das artes tende a ser assumida pelo próprio órgão gestor da cultura, sem unidades especializadas adicionais. Esse resultado aponta para arranjos institucionais de menor complexidade administrativa, nos quais as artes são incorporadas ao escopo geral da política cultural municipal.

Nos municípios de grande porte, especialmente nas capitais, observa-se maior diversidade de modelos institucionais, com a presença de estruturas complementares, como diretorias, coordenadorias, fundações vincula-

das, empresas públicas, organizações sociais, conselhos, equipamentos culturais e unidades especializadas. Esses casos sugerem maior capacidade administrativa para distribuir funções, especializar equipes e desenvolver políticas direcionadas a linguagens artísticas específicas.

Entre os exemplos identificados estão a Fundação de Cultura do Recife; a Diretoria de Museus, a Diretoria de Promoção dos Direitos Culturais e a Diretoria de Política de Festivais, vinculadas à Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte; a Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo (SPCine) e a Fundação Theatro Municipal de São Paulo; a Organização Social Curitiba Arte – Instituto Curitiba de Arte e Cultura; e o Conselho Municipal de Cultura de Manaus.

Também foram identificados organismos complementares ao principal responsável pela gestão das artes em municípios de diferentes portes. Entre eles, destacam-se conselhos municipais de cultura, divisões especializadas, superintendências, secretarias de outras áreas e equipamentos culturais vinculados. Foram mencionados, por exemplo, o Conselho Municipal de Políticas Culturais em Cruzeiro do Sul (AC); o Conselho Municipal de Cultura em Laranjal do Jari (AP); as divisões de Artes Plásticas e Literatura, Cultura Popular e Artes Cênicas, Música e Audiovisual em Feira de Santana (BA); a Secretaria de Administração do Município em Ibirapitanga (BA); a Superintendência de Artes em Aparecida de Goiânia (GO); os equipamentos Centro Cultural Antônio Barata e Biblioteca Jorge Eron Baía de Souza, em Santa Bárbara do Pará (PA); e os Conselhos Municipais de Cultura em São Borja (RS) e Porto Nacional (TO).

O modelo externo, no qual a gestão das artes ocorre integralmente fora da estrutura principal do órgão municipal de cultura, não foi identificado na amostra. Em todos os casos analisados, a gestão das artes permanece vinculada à estrutura oficial da administração municipal,

embora apresente diferentes graus de especialização e complexidade institucional.

Em uma análise complementar, a pesquisa observou se as linguagens artísticas aparecem formalmente representadas nos organogramas dos órgãos gestores de cultura, distinguindo capitais e demais municípios. Essa variável permite identificar o grau de especialização interna da estrutura administrativa, indicando se a gestão das artes é tratada de forma abrangente ou se conta com unidades específicas dedicadas a linguagens como artes visuais, circo, dança, música, teatro, literatura ou audiovisual. A análise verificou, ainda, se a estrutura responsável pela política cultural incorpora a administração, coordenação ou gestão direta de equipamentos culturais, como teatros, bibliotecas, centros culturais, museus e escolas de arte.

Os dados indicam que a especialização por linguagem artística é pouco frequente nas estruturas municipais analisadas. Entre as capitais, 25,0% (n=4) apresentam departamentos, divisões ou unidades dedicadas a linguagens específicas. Nos demais municípios, essa proporção é ainda menor, alcançando 15,6% (n=5) dos entes analisados. Esse resultado reforça a predominância de modelos administrativos generalistas, nos quais a gestão das artes é incorporada ao escopo amplo da política cultural, sem necessariamente dispor de unidades próprias para cada linguagem.

A pesquisa também verificou se os órgãos responsáveis pela política cultural incorporam a administração, coordenação ou gestão direta de equipamentos culturais, como teatros, bibliotecas, centros culturais e museus. Nesse aspecto, observa-se uma diferença relevante entre capitais e demais municípios. Nas capitais, essa relação aparece em 75,0% (n=12) dos casos, sugerindo que, nesses contextos, a operação de equipamentos culturais configura uma dimensão estruturante da política públi-

ca para as artes. Considerando que todas as capitais da amostra integram o grupo de municípios de grande porte, esses dados fornecem indícios relevantes sobre a maior complexidade institucional observada nesse subconjunto.

Nos demais municípios, a situação é oposta, tendo em vista que 71,9% (n=23) não apresentaram relação direta entre o principal órgão gestor da cultura e equipamentos culturais em sua estrutura administrativa. Esse dado sugere que, fora das capitais, a gestão das artes tende a estar menos vinculada à administração direta de infraestruturas culturais permanentes.

LINGUAGENS ARTÍSTICAS CONTEMPLADAS

Esta variável identifica as linguagens artísticas declaradas como parte do escopo de atuação dos órgãos gestores da cultura nos municípios pesquisados. Considerando o conjunto dos 69 municípios analisados, verifica-se uma presença ampla das principais linguagens artísticas na gestão pública municipal da cultura. A linguagem mais frequentemente mencionada é Dança, presente em 94,2% (n=65) dos municípios, seguida por Literatura, com 92,8% (n=64); Música, com 91,3% (n=63); Artes Visuais, com 89,9% (n=62); Audiovisual, com 87,0% (n=60); e Teatro, com 85,5% (n=59). O Circo apresenta a menor incidência agregada, embora ainda esteja presente em 65,2% (n=45) dos municípios analisados.

A análise por porte populacional revela diferenças relacionadas com a estrutura dos municípios, evidenciando que os municípios de grande porte apresentam escopo de atuação mais abrangente e equilibrada em relação à presença das principais linguagens artísticas. Entre estes, Artes Visuais, Dança e Literatura aparecem em 96,7% (n=29) dos casos; Música e Teatro, em 93,3% (n=28); e Audiovisual e Circo, em 90,0% (n=27).

Audiovisual, Dança, Literatura e Música foram mencionadas por 100,0% (n=19) dos municípios de médio porte. Artes Visuais e Teatro aparecem em 94,7% (n=18). O Circo, no entanto, apresenta incidência inferior, sendo citado por 63,2% (n=12) dos municípios de médio porte.

Já nos municípios de pequeno porte, os percentuais são mais desiguais. Dança foi mencionada por 85,0% (n=17) dos municípios; Literatura e Música, por 80,0% (n=16); Artes Visuais, por 75,0% (n=15); Audiovisual, por 70,0% (n=14); e Teatro, por 65,0% (n=13). O Circo apresenta a menor incidência nesse grupo, sendo citado por apenas 30,0% (n=6) dos municípios de pequeno porte. Esses dados sugerem que, quanto menor o porte municipal, mais restrita e menos equilibrada tende a ser a incorporação das diferentes linguagens artísticas ao escopo formal da gestão pública da cultura.

A opção “Outra(s)”, que permitia indicar expressões não contempladas nas categorias previamente definidas pela pesquisa, foi assinalada por 49,3% (n=34) dos municípios da amostra. As respostas reuniram tanto expressões próximas às linguagens artísticas previstas, como performance, hip-hop, ópera, livro e leitura, quanto campos culturais mais amplos, como patrimônio, memória, culturas populares e tradicionais, culturas indígenas, cultura afro-brasileira, cultura quilombola, artesanato, moda, design, gastronomia, culturas digitais, economia criativa e expressões urbanas e periféricas.

A diversidade de respostas na opção “Outra(s)” indica que a gestão das artes se articula a um repertório ampliado de expressões culturais, situado nas fronteiras entre linguagens artísticas, patrimônio, culturas populares, economia criativa e práticas territoriais. Ao mesmo tempo, reforça a necessidade de políticas de fomento capazes de reconhecer essa diversidade sem diluir a especificidade das linguagens artísticas consideradas pela Funarte e pela PNA.

FIGURA 2

Linguagens artísticas que estão sob a responsabilidade dos órgãos gestores das artes nos municípios





Dimensão 2: Políticas culturais

Esta dimensão analisa a presença de instrumentos formais de planejamento nos entes investigados, com foco na existência de Plano de Cultura e de Plano Setorial para as Artes. Também considera os principais desafios apontados pelos gestores para a implementação das políticas voltadas ao setor, permitindo observar em que medida a gestão das artes se apoia em diretrizes institucionalizadas e quais obstáculos limitam sua consolidação.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

A pesquisa mapeou a existência de planos de cultura e planos setoriais entre os municípios. O **plano de cultura**, conforme previsto na Lei nº 12.343/2010, é um instrumento estratégico de planejamento que orienta a formulação e a implementação de políticas culturais em cada esfera de governo. Sua elaboração deve ser participativa, assegurando a inclusão da sociedade civil no processo, e sua existência constitui requisito para a adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Considerando o conjunto dos 69 municípios analisados, 53,6% (n=37) já possuem plano de Cultura vigente; 42,0% (n=29) estão em processo de elaboração; e apenas 4,3% (n=3) não dispõem do instrumento. O quadro indica avanço da institucionalização do planejamento cultural municipal, uma vez que mais de 95,0% (n=66) dos municípios declararam possuir plano de cultura ou estar em processo de construção do documento.

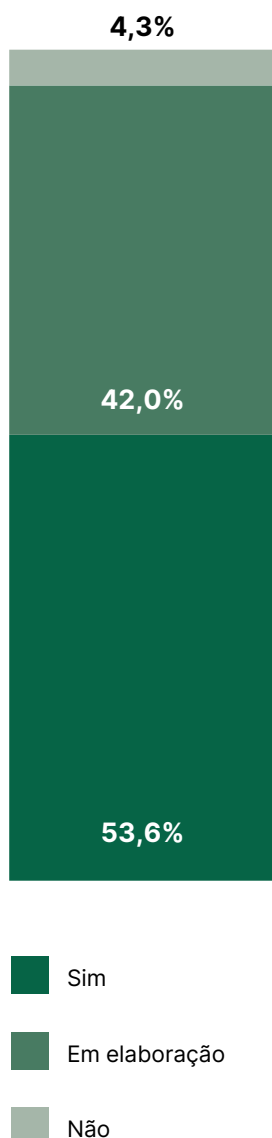
Entre os municípios de grande porte, 66,7% (n=20) possuem plano vigente, enquanto 33,3% (n=10) informaram que o documento está em elaboração. Nos municípios de médio porte, o padrão é semelhante, embora com leve redução da proporção de planos aprovados, tendo em vista que 63,2% (n=12) possuem plano vigente e 36,8% (n=7) declararam que o instrumento está em elaboração.

Já nos municípios de pequeno porte, os dados indicam um processo de institucionalização ainda em curso. Nesse grupo, predominam os planos em elaboração, mencionados por 60,0% (n=12) dos municípios. Os planos vigentes aparecem em 25,0% (n=5), enquanto 15,0% (n=3) declararam não possuir o documento.

Em síntese, os municípios da amostra reproduzem o padrão estadual de avanço institucional (Boletim 2), embora

FIGURA 3

Existência de Plano de Cultura nos municípios



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

com ritmos distintos conforme o porte. Enquanto os municípios de grande e médio porte apresentam maioria de planos vigentes, os municípios de pequeno porte concentram maior proporção de planos ainda em elaboração, sugerindo menor capacidade institucional ou maior dificuldade de consolidação dos instrumentos formais de planejamento.

Embora os planos de cultura apresentem elevado grau de disseminação entre os municípios investigados, a situação é distinta quando se observam os planos setoriais. Esses instrumentos definem diretrizes, objetivos, metas e ações para o desenvolvimento de áreas específicas da cultura, incluindo linguagens artísticas como artes visuais, música, teatro, circo, dança, literatura e audiovisual. Diferentemente dos planos de cultura, que tratam da política cultural de forma mais ampla, os planos setoriais permitem maior detalhamento das necessidades, prioridades e estratégias voltadas a segmentos ou linguagens específicas.

No conjunto dos 69 municípios investigados, a existência de planos setoriais ainda é pouco frequente: 63,8% (n=44) declararam não possuir planos setoriais consolidados; 30,4% (n=21) informaram que esses documentos estão em fase de elaboração; e apenas 5,8% (n=4) declararam possuir planos setoriais vigentes. Os quatro municípios que informaram possuir planos setoriais vigentes foram Natal (RN), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR) e Flores da Cunha (RS). Entre eles, três são capitais e pertencem ao grupo de municípios de grande porte. Natal informou possuir plano setorial na área de literatura; Belo Horizonte declarou planos nas áreas de literatura, dança e arquivos; e Curitiba indicou a existência de 16 planos setoriais, contemplando áreas como teatro, literatura, ilustração, juventudes, audiovisual, cultura negra, cultura indígena, cultura sustentável, design, moda, cultura alimentar, capoeira,



FIGURA 4

Existência de planos setoriais nos municípios



circo, artes visuais, etnias e dança. O único município não capital que informou possuir planos setoriais foi Flores da Cunha (RS), com documentos voltados às artes cênicas, artes visuais e artesanato, audiovisual, cultura popular, literatura, música e patrimônio.

Em síntese, os dados mostram uma diferença relevante entre a institucionalização do planejamento cultural geral e a consolidação do planejamento setorial. Enquanto os planos de cultura já estão vigentes ou em elaboração em mais de 95,0% dos municípios investigados, os planos setoriais vigentes aparecem em apenas 5,8% da amostra. Essa diferença indica que a política cultural municipal tem avançado na construção de instrumentos gerais de planejamento, mas ainda enfrenta dificuldades para estruturar diretrizes específicas para as artes e suas diferentes linguagens.

DESAFIOS DA POLÍTICA CULTURAL

Por meio de uma questão de seleção múltipla, a pesquisa investigou os principais desafios enfrentados pelos municípios na implementação das políticas para as artes. No conjunto da amostra, os entraves mais citados foram a ausência de indicadores eficazes de avaliação e o financiamento insuficiente, ambos mencionados por 47,8% (n=33) dos participantes. Em seguida, aparecem a carência de formação e qualificação profissional, com 46,4% (n=32), e a estrutura deficiente do órgão gestor, com 37,7% (n=26). Em conjunto, esses dados indicam um núcleo de fragilidades técnicas, organizacionais e orçamentárias que limita a consolidação das políticas municipais para as artes. Esse padrão dialoga com os achados do Boletim 2 sobre os estados e o DF, no qual as limitações de avaliação, financiamento e capacidade institucional também aparecem como desafios relevantes para a estruturação das políticas para as artes.

A leitura por porte reforça e qualifica esse quadro. Nos municípios de grande porte, os desafios mais frequentes são a ausência de indicadores de avaliação e o financiamento insuficiente, ambos citados por 53,3% (n=16) dos municípios. Em seguida, destacam-se a estrutura deficiente do órgão gestor, com 43,3% (n=13), e a carência de formação e qualificação profissional, com 33,3% (n=10).

Nos municípios de médio porte, há equilíbrio entre a ausência de indicadores e a carência de formação e qualificação, ambas mencionadas por 47,4% (n=9) dos respondentes. Também se destacam a estrutura deficiente do órgão gestor, com 42,1% (n=8), e o financiamento insuficiente para a implementação das políticas, com 36,8% (n=7).

Já nos municípios de pequeno porte, a carência de formação e qualificação profissional aparece como principal desafio, mencionada por 65,0% (n=13). Em seguida, são citados o financiamento insuficiente, com 50,0% (n=10), e, no mesmo patamar, a ausência de indicadores e as dificuldades de participação social, ambas com 40,0% (n=8). Este último aspecto, menos frequente entre municípios de grande e médio porte, sugere que, nos municípios menores, a mobilização e a participação social na construção das políticas públicas permanecem como desafios relevantes.



Dimensão 3: Sistema de fomento e financiamento à cultura e às artes

Esta dimensão analisa o sistema de fomento e financiamento à cultura e às artes nos municípios investigados. A análise parte das informações declaradas pelos gestores municipais e busca compreender quais critérios, instâncias e formas de participação influenciam a definição de prioridades, bem como quais mecanismos de fomento são mais frequentemente adotados pelas administrações municipais. Dessa forma, a dimensão permite observar como o fomento cultural é organizado no âmbito local e em que medida contempla instrumentos direcionados às artes e às suas diferentes linguagens.

PROCESSOS DECISÓRIOS NA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

A pesquisa investigou os principais fatores que influenciaram a definição de prioridades e a alocação de recursos pelos órgãos gestores municipais de cultura em 2023. A partir de uma questão com escala de avaliação, os municípios atribuíram notas de 1 a 5, indicando menor ou maior incidência, além da opção “não se aplica”. Essa abordagem permitiu identificar quais elementos tiveram maior ou menor influência nos processos de tomada de decisão sobre a distribuição dos recursos da cultura.

Foram analisados cinco enunciados:

- **(A)** O processo buscou atender a lacunas de investimentos nos exercícios anteriores, identificadas em pesquisas e diagnósticos técnicos e nas necessidades específicas de cada setor.
- **(B)** As decisões foram baseadas nos planos setoriais, nos documentos técnicos e de planejamento, como metas de desempenho, e na análise da viabilidade técnica da gestão, com pouca interferência política.
- **(C)** O processo foi centralizado, com decisões tomadas pela pessoa dirigente ou grupo responsável pelo órgão de cultura, com pouca ou nenhuma consulta aos setores.
- **(D)** O processo foi colaborativo, com a participação ativa de representantes dos setores artísticos, que contribuíram para a definição das prioridades e a distribuição dos recursos.
- **(E)** A alocação e distribuição dos recursos foram influenciadas por pressões políticas internas ou externas, resultando em decisões que não seguiram estritamente critérios técnicos ou participativos.

- **Outra(s).** Especifique.

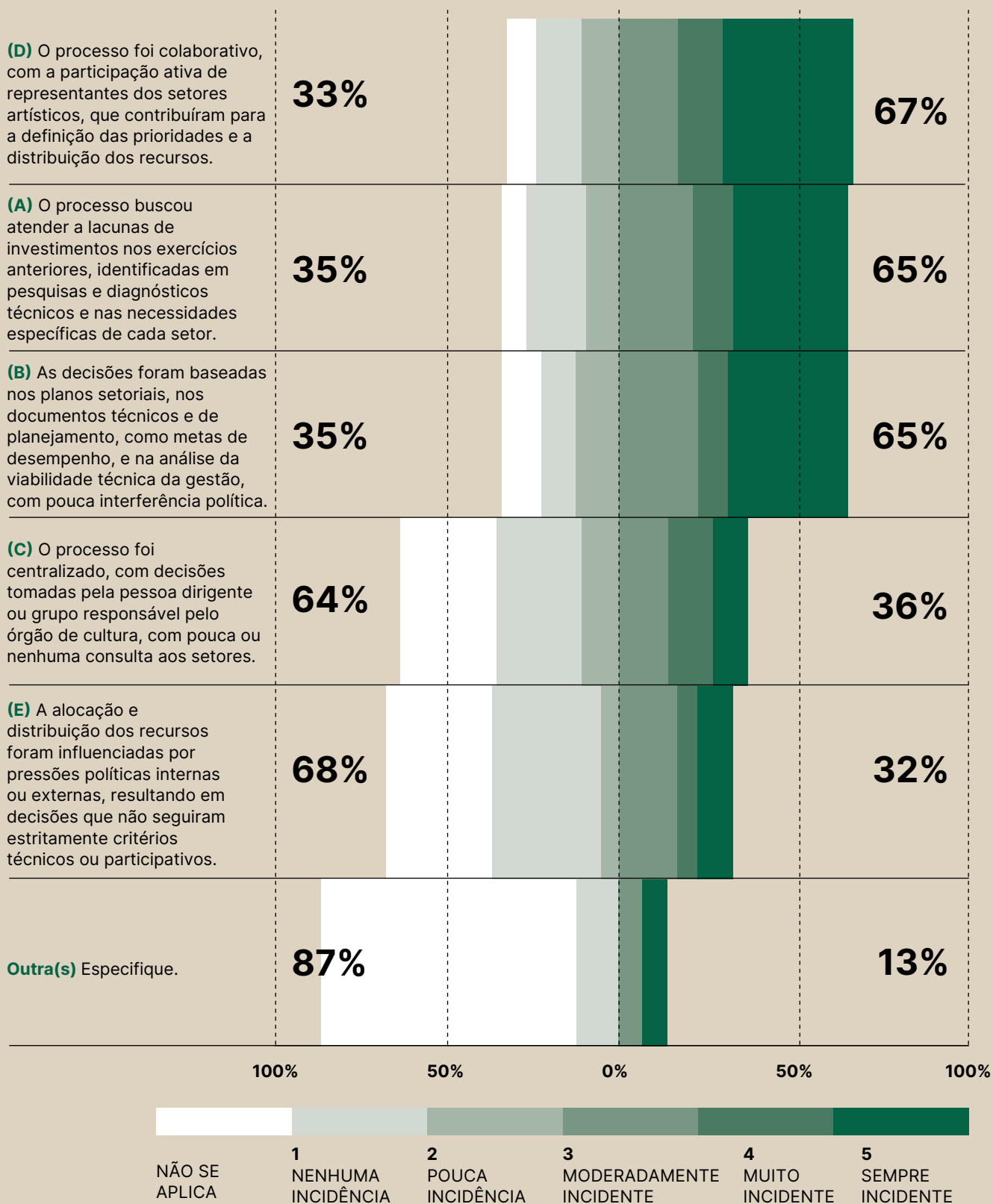
Nos municípios investigados, o **processo colaborativo** aparece como o fator de maior incidência. O enunciado D recebeu notas 4 ou 5 de 50,7% (n=35) dos municípios, indicando que a participação de agentes culturais teve papel relevante na definição de prioridades e na distribuição dos recursos. Esse dado sugere que, em parte expressiva da amostra, a alocação orçamentária não foi percebida apenas como decisão interna da gestão, mas como processo mediado por algum grau de escuta ou participação setorial.

Em seguida, aparecem a correção de lacunas de investimento e o uso de planos e documentos técnicos, ambos com aproximadamente 45,0% de alta incidência, considerando as notas 4 e 5. Esses resultados indicam que critérios técnicos, diagnósticos prévios, necessidades setoriais e instrumentos de planejamento também tiveram presença relevante nas decisões municipais. Ainda assim, a incidência desses fatores permanece inferior à do processo colaborativo, sugerindo que a participação social aparece como elemento mais marcante do que a orientação estritamente técnico-planejada.

A centralização decisória também aparece de forma significativa entre os municípios: 23,1% (n=16) atribuíram notas 4 ou 5 ao enunciado C. Esse dado indica que, em uma parcela da amostra, a definição de prioridades e a alocação de recursos permaneceram concentradas na pessoa dirigente ou em grupos internos aos órgãos gestores de cultura. Embora não seja o padrão predominante, a centralização não pode ser considerada residual no contexto municipal.

As pressões políticas internas ou externas tiveram menor incidência, mas ainda foram mencionadas com notas altas por 15,9% (n=11) dos municípios. Esse resultado sugere que, embora os processos participativos e técni-

FIGURA 6

Processos decisórios na alocação dos recursos

cos tenham maior peso declarado, interferências políticas também integram o ambiente decisório de parte dos municípios investigados. A presença desse fator, ainda que minoritária, revela tensões entre critérios técnicos, participação social e dinâmicas políticas locais na distribuição dos recursos da cultura.

Os dados indicam que os processos decisórios municipais combinam diferentes racionalidades que envolvem participação setorial, correção de lacunas históricas, uso de instrumentos técnicos, centralização administrativa e influência política. O processo colaborativo aparece como o fator mais incidente, mas sua predominância não elimina a presença de modelos mais centralizados ou sujeitos a pressões políticas. Esse quadro reforça a importância de mecanismos transparentes de planejamento, pactuação e monitoramento da alocação dos recursos, especialmente em políticas de fomento às artes, nas quais a distribuição dos recursos influencia diretamente a diversidade de linguagens, territórios e agentes culturais contemplados.



FONTES DE RECURSOS

As informações fornecidas pelos municípios revelam a adoção de diferentes fontes e mecanismos de fomento à cultura e às artes no período de 2020 a 2023. A partir de uma questão de seleção múltipla, observa-se que, no agregado municipal, predominam as dotações orçamentárias, citadas por 68,1% (n=47) dos municípios, e os fundos públicos destinados às políticas culturais, mencionados por 59,4% (n=41). Outras fontes ou mecanismos previstos em legislação específica aparecem em 27,5% (n=19) dos casos; já as captações de recursos complementares foram indicadas por 26,1% (n=18) e a captação de recursos privados, com ou sem incentivo fiscal, por 20,3% (n=14).

Entre os 15,9% (n=11) dos municípios que assinalaram a opção “Outra(s)”, a maior parte indicou fontes já contempladas pelas alternativas da questão, especialmente as leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, mencionadas por oito municípios, e fundos públicos, indicados por um município. Apenas um município mencionou o uso de emendas parlamentares. Assim, as respostas classificadas como “outras” correspondem, na prática, a mecanismos legais ou fundos públicos já previstos no questionário, o que deve ser considerado na interpretação dos dados.

A análise por porte revela diferenças importantes na diversificação das fontes de financiamento. Os municípios de grande porte apresentam maior combinação de mecanismos: as dotações orçamentárias foram citadas por 80,0% (n=24) dos municípios desse grupo, enquanto os fundos públicos aparecem em 66,7% (n=20). Também se destaca a incidência de captação de recursos privados, indicada por 36,7% (n=11), percentual superior ao observado nos demais grupos.

FIGURA 7

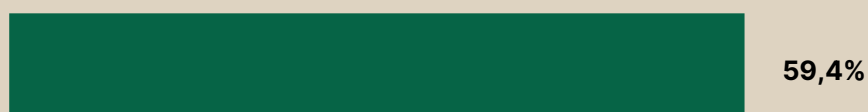
Fontes de fomento mais utilizadas pelos entes municipais

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS



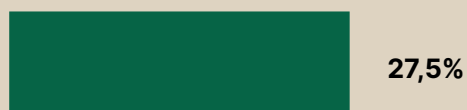
68,1%

FUNDOS PÚBLICOS DESTINADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS



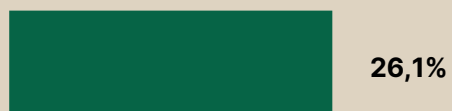
59,4%

OUTRAS FONTES OU MECANISMOS PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO

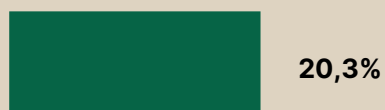


27,5%

CAPTAÇÃO DE RECURSOS COMPLEMENTARES



26,1%

CAPTAÇÃO DE RECURSOS PRIVADOS,
COM OU SEM INCENTIVO FISCAL

20,3%

OUTRA(S)



15,9%

RENDIMENTOS OBTIDOS DURANTE
A EXECUÇÃO DA AÇÃO CULTURAL

13,0%

Nos municípios de médio porte, prevalecem as dotações orçamentárias, mencionadas por 68,4% (n=13), enquanto a captação privada apresenta queda acentuada, sendo citada por apenas 5,3% (n=1). Esse dado pode indicar menor presença de mecanismos privados ou menor capacidade institucional para mobilizá-los no financiamento cultural local.

Já nos municípios de pequeno porte, os fundos públicos, indicados por 65,0% (n=13), superam as dotações orçamentárias, mencionadas por 50,0% (n=10). A captação privada também apresenta baixa incidência nesse grupo, com 10,0% (n=2). Esse padrão sugere maior dependência de fundos públicos e de mecanismos institucionais de repasse, o que pode estar associado à menor disponibilidade de recursos próprios e à menor capacidade de mobilização de fontes complementares de financiamento.

INSTRUMENTOS DE FOMENTO

Em questão de seleção múltipla, a pesquisa identificou as principais modalidades utilizadas pelos municípios para o fomento às linguagens artísticas entre 2020 e 2023. Essa variável permite observar quais formas de apoio foram mais recorrentes no período, considerando instrumentos como apoio à execução de ações culturais, premiação, cooperação, ocupação e bolsas culturais.

No conjunto dos municípios investigados, a modalidade mais frequente foi o apoio à execução de ações culturais, indicada por 94,2% (n=65) dos casos. Em seguida, aparece a premiação cultural, com 62,3% (n=43). Em patamares inferiores, foram mencionadas a cooperação cultural, com 24,6% (n=17); as bolsas culturais, com 23,2% (n=16); e a ocupação cultural, com 18,8% (n=13).

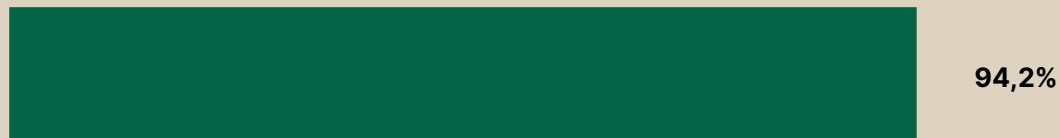
Em diálogo com os achados do Boletim 2 sobre os estados e o Distrito Federal, o apoio à execução de ações culturais também ocupa posição de centralidade nas políticas municipais de fomento às artes. Essa predominância sugere que os municípios tendem a priorizar instrumentos voltados à realização direta de projetos, atividades e iniciativas culturais, em vez de modalidades mais específicas, como bolsas, ocupações ou cooperação culturais. A premiação cultural também ocupa posição relevante, indicando que o fomento municipal combina instrumentos de apoio à produção com mecanismos de reconhecimento de trajetórias, iniciativas e práticas artístico-culturais.

A análise por porte revela diferenças importantes. Nos municípios de pequeno porte, a premiação cultural, citada por 60,0% (n=12), aparece como modalidade particularmente relevante. Esse resultado pode indicar que, em municípios menores, a premiação se apresenta como instrumento de fomento mais simples de operacionalizar, por demandar menor complexidade administrativa do que modalidades continuadas, como bolsas, ocupações ou programas de cooperação. Já nos municípios de médio e grande porte, a maior presença de grupos consolidados, equipamentos, espaços culturais e estruturas administrativas tende a favorecer maior diversificação dos mecanismos de apoio.

FIGURA 8

Modalidades utilizadas para o fomento às linguagens artísticas no período de 2020 a 2023 nos entes municipais

APOIO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS



PREMIAÇÃO CULTURAL



COOPERAÇÃO CULTURAL



BOLSAS CULTURAIS



OCUPAÇÃO CULTURAL



OUTRA(S)





Dimensão 4: Avaliação e monitoramento

Esta dimensão analisa a existência de processos de avaliação e monitoramento das políticas para as artes nos municípios investigados, considerando os métodos utilizados, os agentes envolvidos e a presença de sistemas de gestão voltados ao acompanhamento das ações de fomento. A avaliação é compreendida como parte do ciclo de gestão das políticas públicas, pois permite acompanhar resultados, identificar limites, qualificar a tomada de decisão e orientar ajustes em programas, editais e demais instrumentos de apoio ao setor artístico-cultural.

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE FOMENTO

Nos municípios da amostra, 75,4% (n=52) declararam adotar algum procedimento avaliativo para as políticas de fomento às artes, enquanto 20,3% (n=14) informaram não realizar avaliação. Outros 4,3% (n=3) declararam não possuir política institucionalizada para as artes e, por isso, não informaram a realização de avaliações.

Entre os métodos utilizados, predominam a análise de resultados de programas, ações e chamadas públicas, indicada por 52,2% (n=36) dos municípios, e as reuniões periódicas com o setor, mencionadas por 44,9% (n=31). Esses dados indicam que a avaliação municipal tende a combinar procedimentos de acompanhamento de resultados com estratégias de escuta social. No entanto, a realização de pesquisas permanece menos frequente, tendo sido citada por 17,4% (n=12) dos municípios.

Os resultados indicam que parte significativa dos municípios ainda utiliza prioritariamente o acompanhamento da execução de programas, ações e chamadas públicas como principal prática avaliativa. Embora esse procedimento seja relevante para verificar a realização das atividades previstas, sua adoção isolada tende a produzir informações limitadas sobre resultados, efeitos e impactos das políticas de fomento. A baixa incidência de pesquisas sugere que as gestões municipais ainda exploram pouco os dados gerados pelas ações culturais para produzir indicadores comparáveis, séries históricas e diagnósticos capazes de orientar mudanças estruturais nas políticas para as artes. Esse resultado reforça a necessidade de rotinas mínimas de monitoramento e de instrumentos metodológicos simples, replicáveis e adequados à capacidade administrativa municipal.

A distribuição por porte confirma esse quadro. Os municípios de pequeno porte registram os menores índices de realização de pesquisas, com 10,0% (n=2), abaixo dos municípios de médio porte, com 21,1% (n=4), e dos municípios de grande porte, com 20,0% (n=6). Ainda que a diferença não seja muito expressiva entre médios e grandes, o dado sugere que municípios menores tendem a dispor de menor capacidade técnica para produzir diagnósticos, sistematizar evidências e acompanhar os resultados das políticas para as artes.

Os municípios que indicaram outras formas de avaliação, correspondentes a 8,7% (n=6) da amostra, mencionaram escutas e reuniões com conselhos municipais de cultura, fóruns de política cultural e colegiados setoriais. Essas práticas, contudo, se aproximam da alternativa “reuniões periódicas com o setor”, o que sugere sobreposição entre categorias de resposta.

RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PARA AS ARTES

A pesquisa também identificou os agentes responsáveis pela avaliação das políticas para as artes nos municípios investigados no período de 2020 a 2023. Os resultados indicam que a responsabilidade pela avaliação distribui-se entre instâncias de participação social e estruturas internas da gestão pública tanto no conjunto dos municípios quanto na avaliação por porte. Conselhos, fóruns e outras instâncias participativas aparecem em 49,3% (n=34) dos casos, enquanto setores do próprio organismo gestor são mencionados por 47,8% (n=33). A atuação de agentes externos é residual: observatórios e instituições públicas foram indicados por 7,2% (n=5) dos municípios, e empresas contratadas por 2,9% (n=2).

FIGURA 9

Métodos de avaliação das políticas de fomento mais utilizados pelos municípios

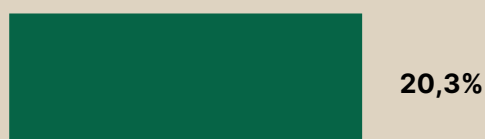
ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS, AÇÕES E CHAMADAS PÚBLICAS



REUNIÕES PERIÓDICAS COM O SETOR (PARTICIPAÇÃO SOCIAL)



O ÓRGÃO NÃO REALIZA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PARA AS ARTES



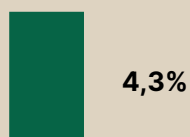
REALIZAÇÃO DE PESQUISAS



OUTRA(S)



NÃO EXISTE POLÍTICA PARA AS ARTES



Nos municípios de grande porte, prevalecem os setores internos dos órgãos gestores, mencionados por 56,7% (n=17), enquanto a participação social também apresenta incidência elevada, com 46,7% (n=14). Esse grupo registra ainda a maior presença relativa de agentes externos, com observatórios e instituições públicas em 13,3% (n=4) dos casos e empresas contratadas em 6,7% (n=2), indicando maior diversificação dos arranjos avaliativos.

Nos municípios de médio porte, a participação social aparece com maior incidência, sendo mencionada por 68,4% (n=13), enquanto os setores internos dos órgãos gestores aparecem em 36,8% (n=7). Já nos municípios de pequeno porte, a avaliação concentra-se principalmente nos setores internos, indicados por 45,0% (n=9), seguidos pelas instâncias de participação social, com 35,0% (n=7). Nesses dois grupos, a presença de agentes externos é muito reduzida ou inexistente.

SISTEMAS DE GESTÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS DE FOMENTO

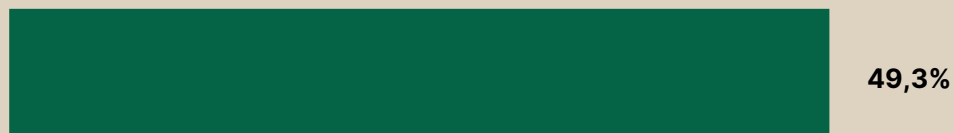
Sistemas e plataformas tecnológicas vêm sendo reconhecidos como ferramentas importantes para a gestão das políticas de fomento, pois contribuem para a agilização de processos, a otimização de recursos, a ampliação da transparência e o acompanhamento de resultados. A implementação da Lei Aldir Blanc e da Lei Paulo Gustavo também pode ter ampliado a demanda por essas tecnologias, diante da necessidade de gerir processos seletivos, repasses, prestação de contas e informações sobre proponentes.

Ao responderem sobre a existência de sistema ou plataforma tecnológica para a gestão da política de fomento às artes, os municípios revelaram um quadro ain-

FIGURA 10

Responsável pela execução da avaliação da política para as artes nos municípios

CONSELHO, FÓRUMS E OUTROS (PARTICIPAÇÃO SOCIAL)



SETOR(ES) DO PRÓPRIO ORGANISMO

OBSERVATÓRIO OU OUTRA
INSTITUIÇÃO PÚBLICA
EXTERNA AO ORGANISMO

OUTRA(S)



EMPRESA CONTRATADA

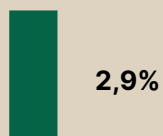
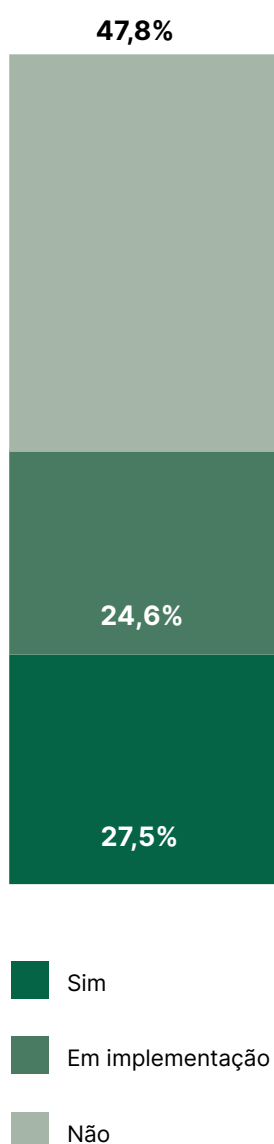


FIGURA 11

Existência de sistema ou plataforma tecnológica para a gestão da política de fomento às artes nos municípios



da mercado por limitações. No agregado municipal, 47,8% (n=33) não dispõem dessas ferramentas, 27,5% (n=19) já as utilizam e 24,6% (n=17) informaram que estão em processo de implementação. Isso significa que pouco mais da metade da amostra, 52,1% (n=36), possui sistema implementado ou em desenvolvimento, enquanto quase metade dos municípios ainda não conta com plataforma tecnológica para acompanhamento das políticas de fomento.

Os municípios de grande porte apresentam o quadro mais avançado: 36,7% (n=11) já contam com sistema e 30,0% (n=9) estão em processo de implementação. Ou seja, dois terços desse grupo possuem algum grau de estruturação tecnológica para a gestão do fomento. Entre os municípios de médio porte, apenas 15,8% (n=3) possuem sistema, enquanto 57,9% (n=11) não dispõem desse tipo de ferramenta. Nos municípios de pequeno porte, 25,0% (n=5) contam com sistema, mas 60,0% (n=12) não possuem plataforma tecnológica para a gestão do fomento.

Esses dados indicam que a modernização tecnológica avança de forma desigual no âmbito municipal. Nos municípios de grande porte, a existência de sistemas sugere maior capacidade administrativa para organizar fluxos, registros e informações sobre o fomento. Nos municípios de médio e pequeno porte, por outro lado, a ausência dessas ferramentas é majoritária, o que aponta para a necessidade de apoio em infraestrutura tecnológica, formação de equipes e desenvolvimento de rotinas básicas de gestão de dados. Esse cenário é particularmente relevante porque a ausência de sistemas dificulta o acompanhamento de editais, a organização de informações sobre proponentes, a produção de indicadores e a avaliação contínua das políticas de fomento às artes.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa Fomento às Artes no Brasil surgiu da necessidade de produzir informações sistematizadas capazes de qualificar o debate público e institucional sobre as políticas para as artes, oferecendo subsídios à elaboração e implementação da Política Nacional das Artes (PNA). Ao adotar uma abordagem federativa, o estudo reconhece que o fortalecimento institucional, a cooperação entre níveis de governo e a produção de evidências são fatores imprescindíveis para a sustentabilidade das artes no Brasil.

Este boletim analisou a estrutura institucional da gestão da cultura e das artes em 69 municípios brasileiros, considerando diferentes dimensões da política pública, como os arranjos organizacionais dos órgãos gestores, os instrumentos de planejamento, os processos decisórios de alocação de recursos, as fontes e instrumentos de fomento e as práticas de avaliação e monitoramento. A análise por porte permitiu observar diferenças relevantes entre municípios de pequeno, médio e grande porte, evidenciando distintos níveis de capacidade administrativa e diversificação dos mecanismos de apoio às artes.

Os resultados indicam que as secretarias municipais predominam como órgãos responsáveis pela gestão da cultura e das artes, representando 78,3% das estruturas identificadas. As fundações públicas, por sua vez, aparecem em 18,8% da amostra e concentram-se principalmente nos municípios de grande porte. A análise da natureza institucional também revelou uma divisão equilibrada entre estruturas exclusivas de cultura e estruturas conjuntas com outras áreas de governo. Nos órgãos conjuntos, destacam-se as associações com turismo, esporte, educação e lazer, indicando que a cultura, no âmbito municipal, é frequentemente administrada em articulação com outras agendas setoriais.

A gestão municipal da cultura e das artes é majoritariamente realizada por secretarias, mas a especialização institucional varia conforme o porte do município. Fundações e estruturas mais complexas aparecem sobretudo nos municípios de grande porte.

Apesar da ampla presença formal da cultura nas administrações municipais, a pesquisa identificou que a separação institucional entre a gestão da cultura, em sentido amplo, e a gestão específica das artes ainda é pouco frequente. Em grande parte dos municípios, o mesmo órgão responsável pela política cultural também assume as políticas voltadas às linguagens artísticas. O modelo estrutural predominante é centralizado, especialmente nos municípios de pequeno e médio porte. Nos municípios de grande porte, observa-se maior diversidade de arranjos, com presença de diretorias, coordenadorias, fundações vinculadas, empresas públicas, organizações sociais, conselhos e equipamentos culturais.

A especialização por linguagem artística também permanece limitada. Embora as linguagens artísticas estejam amplamente incluídas no escopo de atuação dos órgãos gestores, sua presença formal nos organogramas, por meio de unidades administrativas específicas, é menos frequente. A análise das linguagens contempladas mostra ampla cobertura de dança, literatura, música, artes visuais, audiovisual e teatro. O circo, embora presente em parte expressiva da amostra, aparece com menor incidência, sobretudo nos municípios de pequeno porte. A opção “outras” revelou ainda um repertório ampliado de expressões culturais, incluindo culturas populares, patrimônio, culturas indígenas, cultura afro-brasileira, cultura quilombola,

artesanato, moda, design, gastronomia, culturas digitais e expressões urbanas e periféricas.

No campo do planejamento, os dados apontam avanço importante na institucionalização dos Planos de Cultura. Mais de 95% dos municípios investigados declararam possuir Plano de Cultura vigente ou estar em processo de elaboração. No entanto, os Planos Setoriais de Cultura e/ou das Artes permanecem pouco consolidados: apenas 5,8% dos municípios informaram possuir esse tipo de instrumento. Esse contraste indica que a política cultural municipal tem avançado na construção de instrumentos gerais de planejamento, mas ainda enfrenta dificuldades para estruturar diretrizes específicas para linguagens, segmentos e setores artísticos.

Os Planos de Cultura estão amplamente presentes ou em elaboração nos municípios investigados, mas os Planos Setoriais ainda são residuais. A institucionalização do planejamento geral não se traduz, automaticamente, em planejamento específico para as artes.

Os desafios apontados pelos gestores reforçam esse diagnóstico. A ausência de indicadores eficazes de avaliação e o financiamento insuficiente aparecem como os principais entraves à implementação das políticas para as artes, ambos mencionados por 47,8% dos municípios. Também se destacam a carência de formação e qualificação profissional e a estrutura deficiente do órgão gestor. Nos municípios de pequeno porte, a formação e qualificação profissional aparecem como desafio especialmente relevante, indicando que a capacidade técnica local permanece como condição decisiva para a consolidação das políticas culturais.



No sistema de fomento e financiamento, os dados mostram que os municípios dependem principalmente de fontes públicas. As dotações orçamentárias e os fundos públicos são as fontes de recursos mais recorrentes, enquanto a captação privada aparece com menor incidência, especialmente nos municípios de médio e pequeno porte. Quanto aos instrumentos de fomento, predomina o apoio à execução de ações culturais, mencionado por 94,2% dos municípios, seguido pela premiação cultural. Modalidades como bolsas, ocupação e cooperação aparecem com menor frequência, sugerindo menor consolidação de instrumentos voltados à formação continuada, residência artística, uso programado de equipamentos e articulação institucional.

A análise dos processos decisórios indica que a alocação de recursos combina diferentes racionalidades. O processo colaborativo, com participação de representantes dos setores artísticos, aparece como o fator de maior incidência. No entanto, critérios técnicos, correção de lacunas históricas, centralização administrativa e pressões políticas também compõem o ambiente decisório municipal. Esse quadro reforça a importância de mecanismos transparentes de planejamento, pactuação e monitoramento da distribuição dos recursos públicos.

Por fim, a dimensão de avaliação e monitoramento revela avanços, mas também fragilidades. A maior parte dos municípios declara realizar algum procedimento avaliativo para as políticas de fomento às artes. No entanto, os métodos mais utilizados concentram-se na análise de resultados de programas, ações e chamadas públicas e em reuniões periódicas com o setor. A realização de pesquisas permanece pouco frequente, o que limita a produção de indicadores comparáveis, séries históricas e diagnósticos capazes de orientar mudanças estruturais nas políticas de fomento. A responsabilidade pela avaliação concentra-se principalmen-

te em setores internos dos órgãos gestores e em instâncias de participação social, enquanto a presença de agentes externos especializados, como observatórios, instituições públicas e empresas contratadas, ainda é residual.

A adoção de sistemas e plataformas tecnológicas para acompanhamento das políticas de fomento também avança de forma desigual. Pouco mais da metade da amostra possui sistema implementado ou em desenvolvimento, enquanto quase metade dos municípios ainda não dispõe dessas ferramentas. A ausência de sistemas dificulta o acompanhamento de editais, a organização de informações sobre proponentes, a produção de indicadores e a avaliação continuada das políticas para as artes.

Em conjunto, as evidências demonstram que os municípios brasileiros investigados apresentam avanços relevantes na institucionalização da política cultural, mas ainda enfrentam desafios significativos para consolidar políticas específicas para as artes. A predominância de estruturas centralizadas, a baixa presença de planos setoriais, a limitada especialização por linguagem, a dependência de fontes públicas de financiamento e a fragilidade dos instrumentos de avaliação indicam a necessidade de ações coordenadas de fortalecimento institucional.

Nesse sentido, os resultados reforçam a importância da Política Nacional das Artes como instrumento de indução federativa, capaz de apoiar municípios na estruturação de planos, sistemas de fomento, mecanismos de avaliação, formação técnica e instrumentos de financiamento continuado. O fortalecimento das políticas municipais para as artes exige não apenas recursos, mas também planejamento, capacidade administrativa, participação social, dados qualificados e cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

FICHA TÉCNICA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE

Presidente

Leonardo Lessa

Diretor Executivo

Marcos Teixeira

Chefia de Gabinete

Patrícia Campolina Brito

Diretora do Centro de Artes Visuais

Sandra Benites

Diretor do Centro de Circo

Marcos Teixeira

Diretor do Centro de Dança

Rui Moreira

Diretora do Centro de Música

Eulícia Esteves

Diretora do Centro de Teatro

Aline Vila Real

Diretora de Memória, Pesquisa e Produção de Conteúdos

Ana Luisa Lima

Coordenação Geral de Fomento

Luisa Hardman

Coordenação de Fomento**Direto**

Sharine Machado Cabral Melo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB

Reitora

Georgina Gonçalves dos Santos

Vice-Reitor

Fábio Josué Souza dos Santos

Diretora do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas: Cecult

Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA

Reitor

Paulo Miguez

Vice-Reitor

Penildon Silva Filho

Diretor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC)

Luis Augusto Vasconcelos da Silva

Fundação de Amparo à Pesquisa e à Extensão (Fapex)

Antonio Fernando de Souza Queiroz

Wellington Dantas

OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA - OBEC

Coordenação Geral

Daniele Pereira Canedo

Coordenação da pesquisa

Daniele Pereira Canedo

Caroline Fantinel

Pesquisadores/as

Amanda Haubert

Caroline Fantinel

Clarissa Narai

Daniele Pereira Canedo

Gilberto Sassi

Jalinson Jonas Gomes da Silva

Kelvin Jordan

Lorena Cerqueira

Rodrigo Mota

Tatiana Richard

Design gráfico e diagramação

Casa Grida (Iansã Negrão, Inara Negrão e Morgana Miranda)

SOBRE O OBEC

O Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC BA) é um grupo de pesquisa interinstitucional que reúne docentes e discentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), além de pesquisadores independentes e de outras instituições, públicas e privadas, para a promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da economia criativa. Os membros atuam em diversas áreas de conhecimento: artes, comunicação, economia, administração, estatística, gestão e produção cultural, entre outras. Sediado no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia (IHAC/UFBA), o OBEC foi criado em 2014, através de um edital da Secretaria de Economia Criativa, do Ministério da Cultura, como parte de uma rede de núcleos vinculados às universidades federais do Brasil que tinham o objetivo de produzir informações e conhecimento e gerar experiências e experimentações sobre a economia criativa local, estadual e nacional.

www.obecbahia.com

SOBRE A FUNARTE

Criada em 1975, a Fundação Nacional de Artes – Funarte é o órgão do Governo Federal brasileiro cuja missão é promover e incentivar a produção, a prática, o desenvolvimento e a difusão das artes no país. É responsável pelas políticas públicas federais de estímulo à atividade produtiva artística brasileiras; e atua para que a população possa cada vez mais usufruir das artes. Atualmente a Funarte, vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), alcança as áreas de circo, dança e teatro; de música, de concerto, popular e de bandas; e de artes visuais; e também a preservação da memória das artes e a pesquisa na esfera artística. É a única instituição no Estado brasileiro com as atribuições e especialidades necessárias para tratar desses campos de atividade. O trabalho de quase 50 anos da Fundação inspirou a criação de dezenas de entidades municipais e estaduais assemelhadas, em todo o território nacional.

www.gov.br/funarte

**Acesse aqui o
painel de dados
interativo do OBEC**



**Acesse aqui o
Balção da Funarte
para o Fomento às
Artes no ano de
2023 e 2024**



**Acesse o
Boletim de
Resultados
Preliminares 1**



**Acesse o
Boletim de
Resultados
Preliminares 2**



**Acesse o
Boletim de
Resultados
Preliminares 3**



REALIZAÇÃO



MINISTÉRIO DA
CULTURA

